

Eleitores não reelegeriam os parlamentaristas

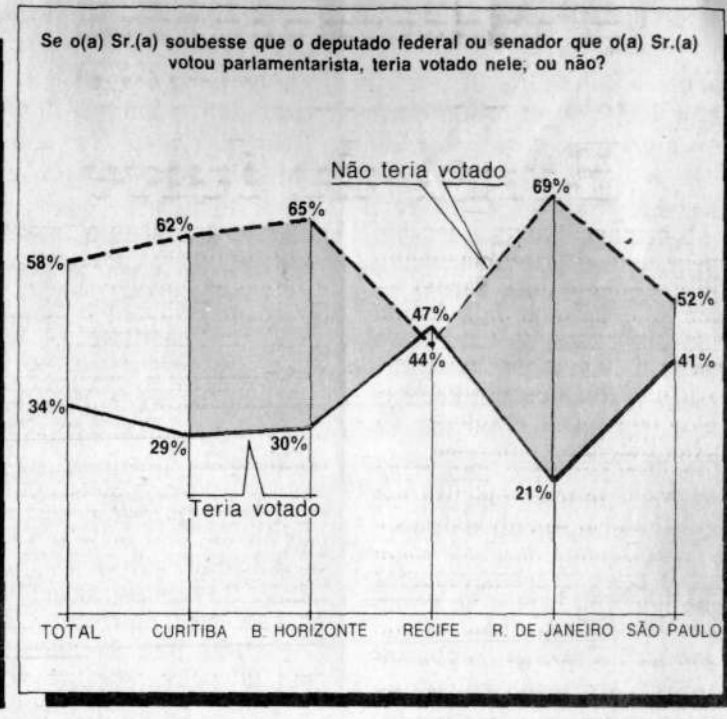
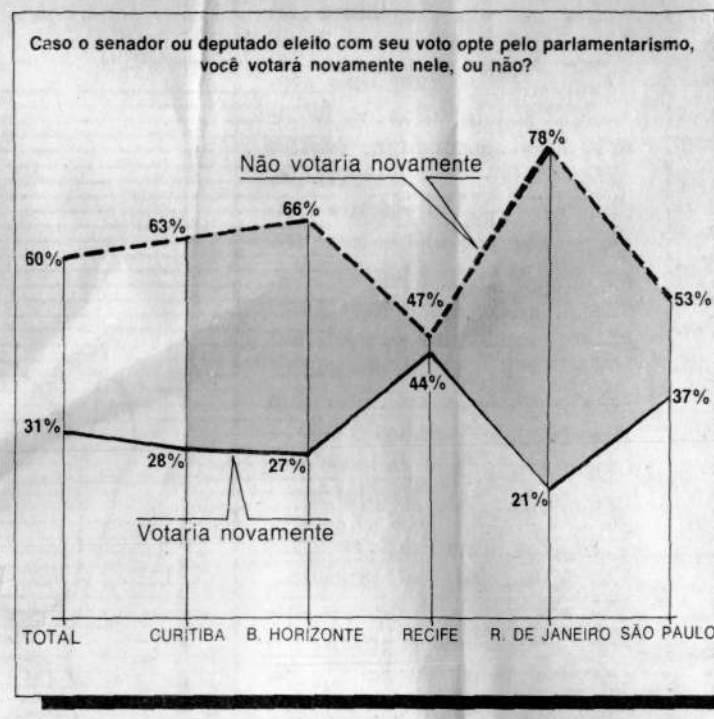
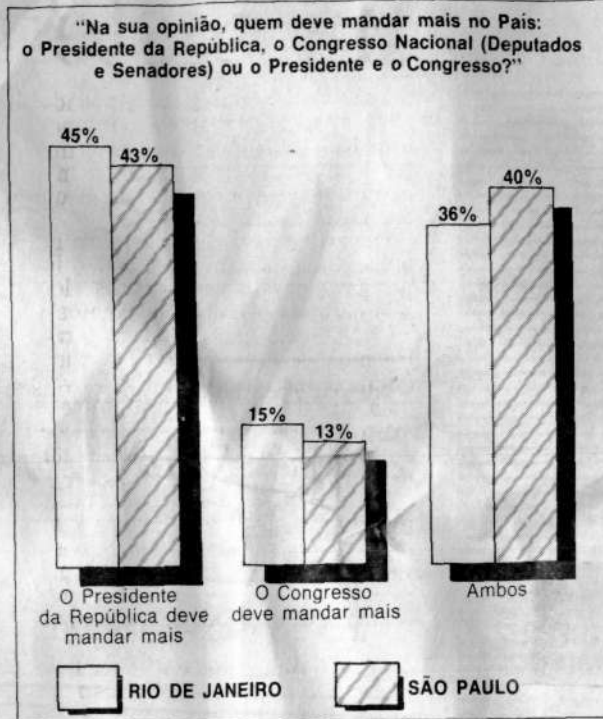
BRASILIA — Oitenta e um por cento dos entrevistados em pesquisa de opinião do Instituto de Levantamentos, Pesquisas e Marketing (LPM) consideram que a Constituinte não pode adotar o regime parlamentarista sem a prévia realização de um plebiscito. Na mesma porcentagem, repudiam a determinação do anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de que, uma vez aprovado o parlamentarismo, o sistema de governo do País não poderá mais ser alterado. A maioria dos eleitores que compõem a amostra (58%) afirmou que não teria votado no Deputado ou Senador que elegeu se soubesse de sua opinião favorável ao parlamentarismo; e 60% revelaram que não votarão novamente no parlamentar que optar por este regime de governo no momento de decisão.

A pesquisa foi feita em cinco capitais — Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Recife —, abrangendo 1.046 pessoas. Nela ficou demonstrado que 68% dos entrevistados não concordam com a hipótese de o Presidente da República não exercer a chefia do governo em sua plenitude, o que, no regime parlamentarista, cabe ao Primeiro-Ministro, escolhido entre os parlamentares. E 77% não aceitam a proposição do projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, que prevê a eleição indireta para Presidente no segundo turno.

Outra pesquisa, feita pelo Instituto Gallup, também deixa claro que a maioria da população acredita que quem deve mandar no País é o Presidente da República. De um total de 640 pessoas ouvidas no Rio, 45% expressaram esta opinião, enquanto em São Paulo o índice ficou em 43% das 628 pessoas pesquisadas.

Caso seja aprovado o parlamentarismo, o mais cotado para ser o Primeiro-Ministro, nas cinco capitais pesquisadas pela LPM, é o Líder do PMDB no Senado, Mário Covas, com 20%; em segundo vem o Presidente do PFL, Marco Maciel, com 15%; e em terceiro, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com 12%. Contudo, 36% não escolheriam alguma das personalidades citadas. Além dos três parlamentares, a lista incluía o Deputado Bernardo Cabral, os Líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Luís Henrique, o do Governo, Carlos Sant'Anna, e o Senador José Richa (PMDB-PR).

De acordo com a pesquisa do Gallup, 67% da população do Rio e de São Paulo defendem a realização de eleições diretas para Presidente da República em 1988. A maioria dos pesquisados também considera que o



Congresso deveria ser renovado no próximo ano. Esta opinião é defendida por 56% dos ouvidos no Rio e 66% em São Paulo.

Nas duas cidades, no entanto, a maior preocupação demonstrada foi em relação à capacidade do País de enfrentar os problemas econômicos. Em São Paulo, 51% das pessoas não confiam em que o Presidente José Sarney possa resolver os atuais problemas econômicos, enquanto no Rio 49% acreditam em sua capacidade e outros 49% pensam o contrário. A pesquisa mostra que as pessoas confiam menos ainda na capacidade dos militares e dos constituintes de encontrar soluções para as questões econômicas. Os militares contam com 59% da desconfiança dos paulistanos e 51% dos cariocas, enquanto os constituintes têm 59% e 55%.

Na pesquisa da LPM, foram abordadas outras questões relacionadas a temas incluídos no projeto de Constituição de Bernardo Cabral. A redução da receita tributária da União, com a transferência de recursos para os Estados e Municípios, foi desaprovada por 70% da população das cinco principais capitais do Brasil, porque acarretaria em aumento nos impostos federais.

No caso da reforma agrária, 53% da amostra consideram que a imissão de posse e as regras para a distribuição de terras devem constar da Carta, enquanto 40% acham que deve ser objeto de legislação especial. A suspensão de alguns direitos fundamentais, como a liberdade de opinião e o direito de habeas corpus,

incluídos no projeto do Relator, conta com a desaprovação de 65% da população, enquanto 28% acham correta a providência.

Na opinião da maioria das pessoas ouvidas, o Congresso deve ser fortalecido, mas de acordo com a emenda do Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP). Desta maneira, em vez de se entregar a Chefia do Estado a um Primeiro-Ministro eleito indiretamente entre os Deputados, elas consideram preferível que se aumentem os poderes fiscais e legislativos dos parlamentares. Esta é a posição de 63% dos pesquisados, contra 20% que preferem o projeto do Relator.

Na pesquisa Gallup, a resposta à pergunta "Quem deve mandar mais no País: o Presidente, o Congresso ou ambos" foi subdividida por classes sociais. No Rio, a porcentagem de defesa dos poderes presidenciais aumenta de 31% na classe A para 48% na D. A adesão à divisão de poderes cai de 48% na classe A para 28% na D. E a concordância com mais poderes para o Congresso cai de 21% na classe A para 15% na D. No total, 45% defendem os poderes presidenciais, 36%, a divisão de poderes e 15%, mais poderes para o Congresso.

Em São Paulo, o presidencialismo é defendido por 43% dos entrevistados, a co-gestão do poder, por 40% e o poder congressional, por 13%. Na divisão por classes, a defesa dos poderes presidenciais também aumenta da classe A para a D: de 32% para 50%. E a defesa do Congresso cai de 47% na A para 33% na D.

Sarney conclui consultas sobre novo programa e base de apoio

BRASILIA — O Presidente José Sarney concluiu no fim de semana as consultas a parlamentares de várias tendências sobre o documento-compromisso que vai divulgar nos próximos dias, para traçar as linhas do programa mínimo do Governo e definir sua nova base de apoio político. Os dois textos — do documento e do pronunciamento à Nação — já estão prontos.

O Secretário de Imprensa, Frota Netto, informou ontem que hoje de manhã Sarney definirá a data do pronunciamento, previsto inicialmente para amanhã ou quarta-feira.

Um assessor do Palácio do Planalto informou ontem que, no pronunciamento, o Presidente vai cobrar uma base de apoio política sólida e apresentará os pontos do programa de governo. O mesmo assessor ressaltou que Sarney vai reafirmar sua defesa da manutenção do presidencialismo e do mandato de cinco anos.

Além das consultas sobre o documento, Sarney examinou também com os políticos o texto do pronunciamento, pois não quer fazer um comunicado à Nação que dê a impressão de que está falando sozinho, sem o aval dos políticos.



Frota: "Data será anunciada hoje"

— O Presidente quer que o pronunciamento represente uma tendência nacional, e isso é muito de seu temperamento e estilo — disse o assessor.

No decorrer desta semana, Sarney pretende reformar sua base de sustentação política e, paralelamente, iniciar as conversas com vistas às modificações no Ministério. Hoje o Presidente examinará a situação com o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, e vai mostrar-lhe o docu-

mento-compromisso. Na audiência, já deverá ter se definido sobre a data do pronunciamento.

O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse ontem que a reforma do Ministério — mesmo que seja ampla — não garantirá a permanência do partido no Governo. O PLF quer a adoção de um programa de governo explícito de tal forma que só permita a adesão de políticos dispostos a defender todas as causas defendidas pelo Presidente.

O direção do partido se reunirá logo após a divulgação do documento. Pelo texto, as lideranças do PFL entendem que poderão identificar logo se Governo busca de fato uma nova base de apoio ou se pretende apenas contornar a crise, mantendo a correlação de forças entre PMDB e PFL.

— Não será a substituição do Ministro da Previdência que indicará uma vitória do PFL, nem sua permanência significará que perdemos. O PFL simplesmente não está querendo uma troca de nomes — disse.

Chiarelli reconhece que não deve ser fácil para o Presidente redefinir sua base de sustentação política de tal forma que não se choque com o PMDB, o que, certamente, pretende evitar.